

# Incentivos à vista <sup>310</sup>

Desde a publicação do edital do porto seco, mais de 40 empresas foram até a Receita Federal retirar uma cópia do documento. Mas apenas a LogoService, a Caflama e a Agropecuária Barros estão habilitadas a participar da concorrência. Essas três apresentaram projeto de viabilidade técnica e econômico-financeira da Eadi na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Os projetos foram aprovados e as empresas conseguiram a Certidão de Acolhimento, documento que habilita a empresa, se vencer a licitação, a adquirir o terreno onde será o porto seco, com os incentivos do Pró-DF. São eles: desconto de 95% do valor de mercado do terreno e prazo de 100 meses para pagá-lo se a estação entrar em operação em seis meses. Quanto mais tempo levar para entrar em operação, menores serão o desconto e o prazo para pagar. A certidão deve ser incluída no envelope com os demais documentos de habilitação exigidos pelo edital.

A vencedora da licitação terá permissão para instalar e prestar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou para exportação dentro do Distrito Federal. Com a Eadi em funcionamento, empresários brasilienses e da região Centro-Oeste terão a opção de operar esses produtos com a facilidade de não ter de deixar a cidade para realizar os negócios.

A Eadi é um instrumento para facilitar o comércio exterior. Funciona como um porto e serve para reduzir a alta concen-

tração de cargas em portos marítimos. A carga vem diretamente para o domicílio do empresário e toda a burocracia de liberação de mercadorias será feita em Brasília. Hoje, 60 estações estão em operação em 13 estados. Duas delas na região Centro-Oeste, nas cidades de Anápolis (GO) e Cuiabá (MS).

Pelas regras do edital, a licitação será ganha pela empresa que oferecer a menor tarifa de armazenamento para os clientes e a maior remuneração para o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) da Receita Federal.

Assim que assinar o contrato com a Receita, a empresa terá oito meses para pôr a Eadi em operação e o contrato será de dez anos, não prorrogáveis. O atraso no início da operação resultará em multa diária de R\$ 1 mil. A estimativa da Receita é que a licitação seja encerrada em janeiro, se não houver recurso dos licitantes. Sendo assim, até o final do próximo ano a estação já estará em funcionamento. A Eadi brasiliense terá uma área de 24 mil metros quadrados no Pólo JK, próximo de Santa Maria.

Dantas destaca que há muito para se fazer na cidade, como a utilização de caminhões que vêm do Sudeste trazendo mercadorias e que voltam vazios. "Podemos explorar esse serviço, enchendo caminhões com mercadorias de volta para o Sudeste, aproveitando produtos que vêm da Zona Franca de Manaus. E com preço mais acessível."